

DA VIOLÊNCIA E PURGA DA ESCOLA PORTUGUESA

«A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota». (Jean-Paul Sartre)

Sartre, um dos maiores pensadores do século XX e um dos expoentes máximos do existencialismo, que visa a liberdade individual do ser humano, atribui à violência a ideia-negatividade de destruição.

Em contextualização escolar, o bullying é definidor da crueldade humana, revelador de deformação de carácter de quem o pratica, e prova de falha grave de formação, educação e ensino na família e na escola. Esta forma de agressão-violência gratuita e complexa é causadora de problemas-danos emocionais profundos que marcam pessoas para a vida, traçando destinos. A violência em ambiência-escola é a negação de uma cultura de empatia e tolerância pelo Outro, de não-respeito pela alteridade da pessoa humana e a afirmação da não-inclusão. Sendo a escola em essência e por princípio, identidade e definição, axiologia valorativa humanista, humanizada e humanizante, algo de muito grave está acontecendo com os episódios de violência escolar entre alunos, contra os professores, a «agressão» docente/discente, de excitação-conflitualidade e animosidade da parentalidade e comunidade educativa agressivas, com as mais variadas formas de violência: verbal, psicológica, tecno-ciber, de ameaça física, de pugilato-vias de facto, numa «irracionalidade-animalidade» sem precedentes, em crescendo anacrónico e de desautorização da autoridade-Ser Escola.

As escolas não são sinónimo de turbas enfurecidas, em que há agressores e vítimas, vídeos e postagem Tik Tok, cenário de internet de gangues dignos de estudos comportamentalistas-behavioristas. Na imagem de Calhoun da «gaiola comportamental» das causas-entendimento da violência urbana, em adaptação abstracta à organização escola, em tese, podemos considerar que a democratização-massificação escolar, a concentração de mais e diferenciada população em ambiente apinhado de gente juvenil e sénior, é teoricamente propiciadora de, a potenciar o(s) conflito(s). Fazendo o contraditório, não é líquido que assim seja; Tóquio não é igual a São Paulo e Los Angeles. Onde, o factor *educare* fazer toda a diferença; o qual implica o respeito, a cordialidade e o trato do Outrem com consideração pessoal enquanto sujeito humano igual, semelhante, o próximo – que é idêntico-equivalente, mas diferente na sua idiossincrasia, experiência pessoal e vivência humana pessoalizada –

É pertinente a abordagem-ideia de John Calhoun da «densidade populacional e patologia social» da década de sessenta (1962) na «Scientific American», numa experiência com ratos, que nos serve de reflexão na nossa problemática em análise neste artigo de opinião em que nos propomos estudar sobre a

violência crescente na escola portuguesa e da necessidade de a combater e purgar.

A purgação da violência escolar significa eliminar a escola des(h)umana falhada, e a afirmação da escola humanista por natureza – a escola que constrói pessoas humanas – a escola da presença do Outro e não da expulsão de Outrem.

É uma impossibilidade tolerar e conviver com a escola-equívoco da indisciplina, da violência e do bullying, que a descaracteriza e mancha histórica e existencialmente. O propósito da escola é educar, transmitir e partilhar conhecimento(s), ciência e valores, exponenciar e dotar de aptidões, formar para o mundo laboral, do trabalho, dar em doação perene para a vida cultura geral, preparar para a vida em sociedade e cidadania responsável, consciente e deliberadamente crítica e interventiva; a escola é determinante, fim e meio de descoberta do Eu, factor de construção e crescimento da pessoa humana do educando, na consumação dialética docente-discente, professor-aluno em interacção única situada. Frisamos que a escola serve para educar – do latim *educare*, *educere*, que significa literalmente conduzir, direccionar para fora; deriva de *ex*, fora, e de *ducere*, levar; o termo latino tem o sentido de preparar as pessoas para a vida em sociedade, de levá-las para fora de si mesmas em contexto-mostra das diferenças que existem no mundo – donde, o facto de haver potencial violência e em potenciação no ecossistema educativo, em palco-escola, nas escolas portuguesas, ser de extrema gravidade, sinal de alerta e equívoco (do latim, *aequivocu*, de significado ambíguo, e significância de erro, confusão, de erro-interpretação errada e contraditória, de sofisma-falácia) societal – «relativo à soma das condições e actividades humanas consideradas como um todo funcionando inter-dependentemente» – segundo o «The Oxford English Reference Dictionary»; contexto em que vamos construir-raciocar o nosso pensamento acerca da violência e purga na escola portuguesa.

Preleccionar-dissertar sobre a violência em contexto escolar, e em concreto na escola pública portuguesa actual, é um exercício intelectual de dificuldade acrescida, um fenómeno complexo e multifacetado, de exigência analítica abrangente assertiva para ser cabalmente compreendido e eficazmente combatido. Falamos não apenas de episódios isolados de agressões físicas, mas de um largo espectro de violência que tem vindo a agravar-se e que inclui toda uma panóplia de agressão humana nas mais variadas vertentes: a escola pública portuguesa, enferma hoje em dia, de bullying, cyberbullying, de verbalismo-impropérios de baixo calão, de agressão psicológica, e de violência estrutural – um termo comumente atribuído a Johan Galtung, criado-introduzido por ele no artigo «Violence, Peace, and Peace Research», que é referente a uma forma de violência em que uma estrutura, instituição ou organização social pode prejudicar as pessoas, impedindo-as de atender, alcançar e suprir as suas necessidades básicas; em concreto e para o caso, as

novas gerações em formação nas nossas escolas – no sentido de uma violência subversiva, de subversão à ordem, de disrupção e excepcionalidade, que provoca danos físicos, psicológicos e materiais (vandalismo escolar); o que eu, nós (singular plural majestático) chamamos de «protocolo *schola*-caos disfuncional» em ambiente-contexto escolar, quer espontâneo quer organizado.

Dissecando a tipologia de violência escolar nas escolas portuguesas, temos: o bullying físico, psicológico, léxico-verbal, social, estrutural, cibernético online, representando um problema significativo, repetitivo, agravado pela anonimidade do cyberbullying, de empoderamento do agressor e enfraquecimento da vítima, realidade de fragilização para a qual urge encontrar soluções e a solução.

A vitimização de consumação-prejuízo humano marcante, passa pela diminuição psicológica, consubstanciada no insulto, pela humilhação pública, na menorização ridicular, em forma de violência danosa subtil, de e com consequências graves na auto-estima e saúde mental dos alunos; passando a ver a escola como um local de sofrimento e ansiedade, de condicionante e reserva mental. Quanto à violência física, vai-se agravando, tendo tendencialmente como protagonistas os próprios pais e encarregados de educação; cenário que só aumenta a gravidade e complexidade da situação.

A violência estrutural escolar é consequência das desigualdades sociais, económicas, culturais e axiológico-valorativas, dos valores hierarquizados que se manifestam no ambiente-espço escolar. A estruturalidade violenta resulta do acesso desigual à educação e ao ensino qualitativo, e à própria ideia transmitida no seio familiar de uma consideração mais ou menos positiva *versus* negativa do conceito de escola, resultando em discriminação-propiciação à violência estruturalizante estigmatizada.

A contributualidade factorial – os agentes-factores contribuintes da violência escolar – são invariavelmente o contexto familiar (a negligência parental, a violência doméstica, as famílias desestruturadas, a monoparentalidade, [hibridismo greco-latino] ou uniparentalidade, que podem influenciar negativa e decisivamente o comportamento dos alunos na escola); se juntarmos a pressão social dos pares (e grupo de amigos), e a imitação comportamental de bruto-crueldade, de agressão e violência em idades juvenis de e em busca de estatuto social, de afirmação e «status», e mesmo a constatação-observação da violência-influência nos ecrãs de telemóvel, redes sociais e mass media, os jovens estudantes estão envolvidos-sugestionados por uma teia de violência convidativa ao «estrelato-momentum»; *vide* o que se passa nos Estados Unidos com a cultura das armas e do histórico de violência nas escolas americanas. Numa realidade-cenário escolar, em que no espaço-escola há falta de recursos humanos e materiais (erro político de palmatória), normalmente em escolas localizadas em zonas mais problemáticas, inseguras e socialmente

mais desfavorecidas, de cultura escolar enviesada e de baixa escolaridade, onde faltam programas de prevenção, intervenção e implementação atempada, por oposição e contrariedade do deixar acontecer o conflito no dia a dia – a título exemplificativo, temos as comunidades educativas e a territorialidade das escolas TEIP (territórios educativos de intervenção prioritária), em que é preciso integrar as famílias e os alunos na orgânica sistémica educativa, de interiorização positiva da ideia de escola, que não é fácil, e da mais valia ecossistémica da educação, do ensino e da aprendizagem – para um futuro melhor e melhor preparação laboral para a vida futura; estudar antes de trabalhar, sem a contrariedade-obrigação do cumprimento da escolaridade obrigatória, da desistência e do abandono escolar precoce.

De incisão e volta-foco às raízes tóxicas da violência escolar, e ao solucionável organizacional do problema, é nosso entendimento que em Portugal a escola e os seus actores, nomeadamente o professorado, os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, precisam de mais e melhor formação contínua na gestão, mediação e resolução de conflitos, com vista à sinalética, prudência, precaução e eficácia contra a conflitualidade. Como também os pais e E.E. (encarregados de educação) e tutores precisam, e muito. A tutela precisa acordar para este grave cancro que vai alastrando, um problema de raiz sociológica, axiológica, de tendência modal e de mentalidade disruptiva, a ser combatido de forma musculada pelo ME, com psicologia e inteligência acrescidas, com mais e mais apoio e defesa dos educo-professores portugueses.

No que concerne às estratégias de prevenção, intervenção e combate à violência escolar, passam por um esforço conjunto que envolva a sensibilidade-despertar da parentalidade para a atenção e identificação precoce de sinais de violência, de técnicas de mediação de conflitos em parceria com os educadores e professores, com funcionários da tutela e pais a trabalhar em parceria e proximidade; implementação de programas ministeriais de promoção anti-violência e de cultura da paz, de harmonia e do respeito mútuo, tendo como desiderato a resolução pacífica dos conflitos; detectar, identificar e intervir preventivamente em situações potenciadoras de risco de violência sistémica, com o apoio de psicólogos e assistentes sociais; dotar as escolas portuguesas de infraestruturas materiais e humanas com robustez e imediatismo de resposta; envolver a gestão escolar com as comunidades educativas, com participação activa das famílias, em articulação com as autoridades locais, regionais e centrais-governamentais – a plenitude sistémica articulada a funcionar – e aqui, bem, aqui lembramos o papel das CPCJ (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens) como instituições oficiais, com autonomia funcional e missão que visa promover os direitos dos alunos, crianças e jovens, de prevenir ou pôr termo a toda e qualquer situação susceptível de risco, de violência, de afectar a sua segurança, saúde, salutar

desenvolvimento e educação integral, e que infelizmente vai falhando no seu propósito de vigilância e segurança quer no seio familiar quer escolar – a ideia de percepção pública noticiada –

Donde, em Portugal, a violência em contexto escolar é um problema real, em crescendo, complexo, multifacetado, de pluri-abrangência, de disrupção sistémica (do latim, *disruptus*, que causa rompimento, destruição, perturbador, relativo a indisciplina, que quebra o curso normal do processo educativo), que requer uma abordagem ecossistémica educativa integrada. Sendo certo que a prevenção dos primeiros sinais de violência, a intervenção precoce e a criação de um ambiente escolar de integração e segurança, e de uma escola inclusiva são determinantes e garante do bem-estar dos educandos em processo de formação da sua pessoa humana em construção.

Há agora um novo e desafiante cenário político-escolarizante em Portugal, com a imigração desregrada e descontrolada (legado socialista), múltiplas nacionalidades, multiculturalidade ao rubro, mais de 140 000 alunos estrangeiros, sendo necessária assertividade educacional, a missão hercúlea de ultrapassar diferenças, integrar, dar e fazer inclusão, incutir o sentimento de pertença, afastando de todo, toda e qualquer veleidade-resquíio de semente de discriminação, de ostracismo, de violência formal, informal, subtil, sub-reptícia, explícita luso-linguística, e de cabal resposta do Ministério da Educação (ME) a nativos e estrangeiros (é necessário um ano zero só para aprender português), coisa que não está a acontecer. Fazer vingar a ideia de que a escola é um espaço de socialização por excelência, de exponenciação relacional humana, de afectividade e *homo* integradora; de homogeneização diferenciada e axiologia humanista.

Aqui, abrimos um parêntese para frisar a sublinhado que, ao mais alto nível político houve um colapso total na programação-formação de professores, de pasta e responsabilidade ministerial-governamental, na última vintena de anos, num falhanço-estudo de renovação-acautelamento sistémico e de discurso que fica para a História, por «experts» que tanto exigiram, perseguiram, burocratizaram-afugentaram e infernizaram a vida do professorado, e que tanto falharam-claudicaram. É má obra, mau legado político-institucional, e mau serviço público que não serviu Portugal.

Tem toda a pertinência problematizarmos a relação entre a massificação da escola portuguesa contemporânea e a violência escolar, catarse que se impõe como exercício académico e lógica racional consistente. Em teoria, teorizando, a massificação leva ao aumento da diversidade populacional estudantil, com alunos oriundos de outras latitudes, de diferentes contextos sócio-económicos e culturais, com vivências ímpar, o que pode, potencialmente, levar ao aumento de tensões e conflitos – e atenção, não se trata de racismo nem de xenofobia; falamos pura e simplesmente da natureza humana – mais a super-lotação em

crescimento numa infra-estrutura minguada, com salas de aula a abarrotar, o que faz crescer o risco de stress e dificulta a gestão conflitual. Mais a quimera do ensino individualizado que desaparece, sendo impossível aos professores dar resposta às necessidades individuais de cada aluno, o que causa frustração e leva ao desengajamento estudantil. E mais, com a massivo-sobrelotação vai aumentando a pressão sobre o sistema educativo, o que por arrastamento leva inevitavelmente a um abaixamento drástico e substantivo da qualidade educacional; o que aumenta a insatisfação e a tensão no ambiente escolar. Mais, a massificação escolar desordenada (com salas de aula-contentor a desenrascar) reproduz e mega-amplifica as desigualdades sociais, geradoras de frustrações e potenciadoras de comportamentos violentos e pouco ortodoxos – relativo a ortodoxia; em desconformidade com os princípios, doutrina, filosofia e práticas escolares – mais, o perigo eminente do problema de exclusão social pela prática do bullying; mais, a percepção-constatação da menorização-desvalorização da escola, da educação, do ensino e das aprendizagens, no sentido de uma visão redutora da mais valia e prestígio de um bom e qualitativo sistema educativo; de todo impossível, sejamos sérios, com a massificação-imigração do ensino, com quebra na qualidade e exigência, e de exponencial conflitualidade latente e redução do respeito pelo ambiente escolar e pelas regras; mais, a massificação da escola pública também arrasta consigo a variabilidade factorial sócio-económica e as desigualdades, que acabam por se manifestar no ambiente-espço escolar; mais, a constituição dos mega-agrupamentos em nada ajudam a orgânica ecossistémica educativa e a administração e gestão escolar a dar repostas positivas; aumentou a complexidade dos problemas na prevenção e implementação de políticas eficazes na gestão e eliminação dos conflitos da e na escola.

Donde, querermos aqui frisar muito bem que a massificação por si só não leva fatalmente e necessariamente à violência escolar. Mas que tem as causas-factores intrínsecos causadores e exponenciadores, lá isso tem, categórica e inequivocamente. Resta à política governamental-ministerial mitigar todos estes problemas-desafios com políticas educacionais adequadas, assertivas, de assertividade na muche (do vocábulo francês «mouche»; acertar na mosca, no centro do alvo), formando, consciencializando e operacionalizando uma política educativa de real, verdadeira e efectiva inclusão. Dizemos não à negação e «make up» da educação, da escola e da conjuntura educativa actual, de profunda lamentação.

Recapitulando, para purgar a violência escolar, nomeadamente no caso da escola portuguesa, não há um receituário único e eficaz, uma «solução milagreira», pelo que o enfoque tem de ser feito na perspectiva de abordagem de múltiplas variáveis, olhando-perscrutando as causas subjacentes, e agir-intervir estrategicamente em conformidade com medidas de atalho.

Ao nível da prevenção (educação escolar contextualizada adaptada à realidade local, em concreto, caso a caso escolar): a tutela-escola proporcionar um (o) clima de escola de confiança, segurança, de respeito e inclusão, de positividade humana, indo ao encontro das necessidades e anseios dos alunos, de valorização-integração da comunidade escolar e educativa no *mundus*-escola, conectando e em conexão de todos com todos, fomentando a salutar convivência e limando arestas; desenvolvimento escolar sistémico de mecanismos de detecção de casos e riscos de violência (sinais de alerta); o ME apostar convictamente no fortalecimento de vínculos de interactividade entre as famílias e a escola (com legislação *ad hoc*, monitorização e comunicação fluida, colaborativa, de acompanhamento do comportamento *versus* desvios de conduta e atitude(s); na formação de técnicos com o perfil adequado-específico).

No que respeita à intervenção: assim que identificados casos ou grupos de risco, a tutela criar protocolos de resposta à violência, e as próprias escolas, ao abrigo da sua autonomia, respondendo cabalmente e em plenitude aos registos de incidentes críticos, com medidas disciplinares imediatas auto-correctivas a doer para os agressores e de apoio às vítimas (e não processos disciplinares de averiguações demorados que se arrastam no tempo), com aplicação prática transparente, de juízo-justiça clara e equitativa. Mais, intervir no combate à violência escolar com medidas de mediação dos conflitos, de conciliação profissional, com apoio psicológico e resolução dos choques conflituais de forma pedagógica, de construção didáctica da pessoa humana, com penas de correcção do erro, mostrando e explicando estar ao lado, e não o acusatório inconsequente – fazer ver – colmatando o trauma psicológico que o ostracismo e a violência desencadeiam para agressor(es) e vítima(s). Outra forma de melhorar a eficácia anti-violência passa por aumentar a segurança física do edifício escola, dos espaços exteriores, de mais e melhor iluminação, vigilância e controle de entradas/saídas, em especial e sobretudo nas «zonas mortas» das escolas, mais ou menos «abandonadas», em desleixo, com muita erva à mistura e autarquicamente descuidadas. Sabem senhores autarcas, o espaço escolar é um espaço de higienização obrigatória. É senhor ministro, a municipalização (...) é só fazer um périplo pelo país. É só entrar, olhar e ver. Verificado e confirmado!

No que toca à monitorização e avaliação escolar sistémica dos conflitos e necessária purgação: tem de haver um registo actualizado, em prontidão de análise, estratégias e adaptação analítica, numa avaliação contínua, com o contributo de todas as partes envolvidas, em interacção de famílias, escolas, comunidades educativas e autoridades. Por último, ter sempre presente que cada escola é uma realidade única, com especificidade sócio-económica, cultural, axiológica e de vivências humanas – a identidade escolar particular –

«Poder [o poder político tem de dizer presente] e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente». (Hannah Arendt)

«A vida começa quando a violência acaba». (Maria da Penha)

Purgar a violência escolar é fazer a profilaxia educacional, no sentido da prevenção social para o bem comum e individual, e com o propósito da educação para a cidadania e da vida em sociedade.

Obrigado.

Disse.

Notas:

Professor do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

Carlos Calixto